



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Sra. Presidente da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação

Assunto: Requerimento para a realização de audições sobre problemas ambientais na Aldeia de Paio Pires devido a emissões difusas poluentes na atmosfera e emissão de ruído provenientes da atividade industrial.

Permanecem as preocupações da população da Aldeia de Paio Pires no concelho do Seixal devido às emissões difusas poluentes na atmosfera e à emissão de ruído proveniente da atividade industrial.

Nos últimos dias tem sido visível um agravamento da acumulação de pó, sobre as habitações (coberturas, varandas, janelas) e as viaturas, bem como do ruído em particular no período noturno.

Segundo os dados disponibilizados online da Estação de Medição da Qualidade do Ar de Paio Pires constata-se que há um longo período do dia em que as partículas PM10 excederam os limites definidos na legislação em vigor no nosso país (limite máximo de emissão por dia de partículas PM10 é de $50 \mu\text{g}/\text{m}^3$).

Entre as 18h do dia 7 de janeiro de 2019 e as 11h do dia 8 de janeiro de 2019 a emissão de partículas PM10 foi superior ao limite máximo, nalgumas horas atingindo o triplo desse valor. O limite máximo foi igualmente ultrapassado a partir das 21 h de 8 de janeiro de 2019, durante todo o dia de 9 de janeiro e no dia 10 de janeiro até 9h. Entre as 23h de 8 de janeiro e a 1h de 9 de janeiro a emissão de partículas PM10 atingiu $171 \mu\text{g}/\text{m}^3$.

Temos conhecimento que o Município do Seixal tem encetado um conjunto de diligências junto da Administração Central, que tem a responsabilidade, quer quanto ao licenciamento da atividade, quer quanto à sua fiscalização e para a intervenção no que diz respeito aos impactos ambientais e de saúde pública.

A atual situação exige a intervenção das entidades competentes da Administração Central, nomeadamente no reforço da monitorização da qualidade do ar e na tomada de medidas eficazes para garantir o cumprimento da legislação em vigor, de forma a assegurar a proteção do ambiente e a saúde pública.

Neste sentido, o Grupo Parlamentar do PCP convida a Câmara Municipal do Seixal e requer a audição da Agência Portuguesa do Ambiente e da Inspeção Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente, e do Ordenamento do Território na 11ª Comissão, para prestarem esclarecimentos sobre a situação exposta.

Assembleia da República, 11 de janeiro de 2019

As Deputadas,

Paula Santos

Ângela Moreira